



On-line

Trilha Governança

Governança Corporativa para Estatais

Com a Lei 13.303/16 e a exigência cada vez maior da sociedade pelo aprimoramento da gestão e transparência das empresas estatais – empresas públicas e sociedades de economia mista –, é fundamental a capacitação dos administradores dessas organizações com base nas melhores práticas de governança. O programa do curso propõe discussões sobre o contexto de atuação das estatais, papel dos órgãos de governança, responsabilidades dos administradores, mecanismos de controle e como aprimorar a governança. Além disso, aprofunda a discussão de temas como compliance, integridade, legislação societária, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei Anticorrupção e demais temas relacionados às atividades da empresa pública e da sociedade de economia mista, reconhecendo a grande heterogeneidade dessas empresas no Brasil.

Objetivos

Entender empresas estatais

Conhecer o mercado de capitais e a boa governança

Identificar melhores práticas de governança corporativa para estatais

Compreender o ambiente legal da governança das empresas estatais

Conhecer as melhores práticas para conselho de administração (CA)

Expor e discutir o papel do comitê de auditoria, compliance e controles internos

Conhecer a atuação do conselho fiscal (CF)

Público-alvo

Gestores públicos, dirigentes e colaboradores de estatais; conselheiros da administração, conselheiros fiscais, profissionais responsáveis pelos órgãos de controle (auditoria interna, compliance, riscos e controles internos) e profissionais que possuam interesse em atuar nas empresas estatais ou sociedades de economia mista (SEM).

Metodologia

Aulas gravadas

Material complementar

Exercícios de fixação

Fórum de dúvidas

Plataforma

CANVAS (Ambiente Virtual de Aprendizagem)

Incluído material didático digital e certificado.
Carga horária: 20h

Este curso confere 10 (dez) créditos ao Programa de Certificação de Conselheiros do IBGC.

São Paulo e região:
(11) 3185 4200
Outras localidades:
4020 1733

Política de descontos para grupos, entrar em contato:
cursosibgc@ibgc.org.br

Estrutura do programa

O Contexto das empresas estatais

- Empresas estatais: natureza e definições fundamentais
- O contexto das empresas estatais no Brasil
- A multiplicidade dos tipos de estatais: tipo, porte, setor e independência
- O ambiente regulatório
- Estrutura de governo das empresas estatais
- Especificidades da gestão e governança das empresas estatais
- Expectativas do Estado, mercado e demais grupos de interesse
- Sociedades de economia mista e o dilema mercado versus social
- Empresas estatais como organizações híbridas
- Desafios da responsabilização (accountability) das organizações híbridas

Boas práticas de governança corporativa nas empresas estatais

- Definindo a governança corporativa e sua importância
- Estrutura de governança de uma empresa: visão geral
- Boas práticas de governança corporativa das estatais
- Agentes da governança: conselhos e comitês
- Principais comandos de governança da Lei 13.303
- Exigências de divulgações de informações para as empresas estatais (inc. ICVM 480/FR, 586 e 59)

- Carta anual de governança, relatório integrado e demais requisitos de transparência de Art. 8 da Lei 13.303/16
- Papel e atuação do comitê de elegibilidade
- Governança em SEM e empresas públicas (EP)
- Códigos e recomendações de governança para estatais (IBGC, OECD, B3, SEST)
- Remuneração de administradores das estatais
- A área de governança nas estatais

Empresas estatais e relacionamento com os mercados

- Visão geral do mercado de capitais e de recursos
- Fontes de financiamento das empresas: o papel das ações
- Tipos de ações
- Importância da boa governança para reputação e atração de capitais
- Mercados internacionais como fonte de recursos e legitimidade (ADR e outros)
- O Novo Mercado e níveis de listagem
- Principais obrigações dos controladores
- Transações com partes relacionadas

O ambiente legal da governança das empresas estatais

- Aprofundando a Lei 13.303/16 – pontos de atenção
- Comentários sobre desdobramentos da regulamentação (União, estados, municípios e DF)

- Limites legais para atuação da estatal: remuneração, orçamento, prestação de contas, patrocínio a planos de previdência e saúde
- Principais situações em estados e municípios
- Responsabilidades dos órgãos de governança e dos conselheiros de administração e fiscal
- Obrigações particulares das SEM (Capítulo XIX da Lei 6.404/76)
- Requisitos para administradores das estatais
- Responsabilidade dos administradores e deveres fiduciários
- Os comitês obrigatórios do conselho de administração das estatais: comitê de auditoria e de elegibilidade
- Seguro D&O e carta de conforto (comfort letter)

Melhores práticas para conselho de administração das empresas estatais

- A constituição do conselho de administração das estatais: EP e SEM
- A atuação do Estado na formação do CA
- A indicação dos conselhos nas assembleias das SEM
- Papel do comitê de elegibilidade no processo de indicação dos administradores
- Papéis e responsabilidades do CA das estatais
- Independência dos conselheiros
- Considerações sobre a diversidade na composição do CA
- Dinâmica de funcionamento do órgão e relacionamentos com executivos, comitê de auditoria estatutário e CF

- Desafios dos conselheiros independentes e do representante dos empregados
- Relacionamento com o Estado e com o mercado
- Avaliação dos executivos e autoavaliação do CA
- Perfil dos integrantes e dinâmica das reuniões
- O papel do presidente do CA
- Onboarding e atualização dos conselheiros
- Plano de trabalho anual do CA: principais pontos

Instâncias de controles internos e externos nas empresas estatais

- O comitê de auditoria estatutário (CAE) e seu papel nas estatais
- Sistemas de controles internos das estatais, auditoria interna e externa
- Composição dos órgãos de controles internos e relacionamentos
- Órgãos de controles públicos
- Exigências do CAE nas empresas estatais e aspectos do compliance e controles internos
- Gestão de riscos
- Governança e as falhas de controle nas estatais
- Mecanismos internos e externos de controles nas estatais

Lei Anticorrupção, ouvidoria e código de conduta

- Características do ambiente ético
- Definindo integridade e sua abrangência
- Código de conduta e integridade na Lei 13.303/16 (Art. 9º): construindo sua efetividade

- A ouvidoria nas empresas estatais: papel e fluxo dos processos
- Canais de denúncia e mecanismos de proteção
- Programa de integridade nas empresas estatais: recomendações trazidas na Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção)
- Decreto 8.420/15 e na Portaria CGU 909/15 para estatais federais
- Desenvolvendo e implementando códigos de ética e de conduta

Melhores práticas para conselho fiscal nas empresas estatais

- Papel do CF nas empresas estatais e diferenças nas EP e SEM
- Composição do CF e processo de indicação
- Competências, responsabilidades e atribuições
- Requisitos de conhecimento e experiência
- Dinâmica e relacionamentos do CF com o CA, CAE e gestores
- Composição do CF nas estatais federais e o papel da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
- Boas práticas para o funcionamento do CF
- Desafios específicos do CF nas estatais

Política de propriedade estatal

- Motivos para a criação da empresa estatal
- O interesse público e a função social
- Visão do Estado empresário
- Política de propriedade no Brasil
- Objetivos e papel do Estado como acionista

- As recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) sobre a política de propriedade estatal
- Discussão do contexto brasileiro e documento IBGC
- Papel e responsabilidades do acionista controlador nas empresas estatais
- A Lei 9.491/97 (Programa Nacional de Desestatização)
- Decreto (federal) nº 10.263/20

Relatório Integrado (RI) e ESG

- Relatório Integrado na Lei das Estatais
- Histórico, propósitos e estrutura do RI
- Conceitos fundamentais
- Princípios básicos
- Elementos do conteúdo
- Boas práticas para elaboração do RI nas empresas estatais
- Desafios à elaboração
- ESG no contexto da governança
- Considerações sobre o ESG nas empresas estatais
- O RI e as questões ESG

Fundado em 27 de novembro de 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), organização da sociedade civil, é referência nacional e uma das principais no mundo em governança corporativa. Seu objetivo é gerar e disseminar conhecimento a respeito das melhores práticas em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes em sua adoção, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor.

Av. das Nações Unidas, 12.551
21º andar - São Paulo - SP
CEP 04578-903
São Paulo e região 11 3185 4200
Outras localidades 4020 1733
e-mail: ibgc@ibgc.org.br
www.ibgc.org.br